

A REUNIÃO DE 5 DE MARÇO DE 1974

Enquanto a sociedade portuguesa se agitava com a leitura do livro de Spínola *Portugal e o Futuro*, o MOFA¹ preparava o primeiro documento de conteúdo político e programático. Sendo seu redactor principal o major Melo Antunes, a respectiva difusão ocorreria durante um plenário realizado em Cascais, em 5 de Março de 1974. Intitulado *O «Movimento», as Forças Armadas e a Nação*, o manifesto apelava à reflexão dos militares sobre a grave situação do país, criticando o princípio segundo o qual às Forças Armadas caberia, tão-somente, garantir os objectivos nacionais estabelecidos pelo governo, sem cuidar de verificar a sua legitimidade. Depois, passando à análise da conjuntura política, afirmava-se:

Se, antes de 1961, as Forças Armadas não eram abertamente atingidas no seu prestígio, ou não o eram de uma forma muito violenta, é porque as crises internas do regime não tinham atingido ainda um grau demasiado agudo. A partir, porém, da queda da Índia e sobretudo à medida que as guerras em África se iam prolongando, as Forças Armadas descobriam, não sem espanto por parte de muitos militares que pela primeira vez viam claro, o seu divórcio real da Nação.

As Forças Armadas são então humilhadas, desprestigiadas, apresentadas ao País como as responsáveis máximas do desastre.

*Estava criado o «bode expiatório» e as condições para que a Nação deixasse de confiar nas suas Forças Armadas. Daí em diante, o desprestígio das Instituições Militares não deixa de aumentar. A guerra de Angola que entretanto tinha começado, não põe inicialmente aos militares muitos problemas acerca da sua legitimidade. À medida, porém, que o tempo vai passando e a situação se vai degradando em todos os aspectos (inclusive no militar, como consequência inevitável da inexistência de uma estratégia adequada à situação africana), à medida que outras frentes de luta armada surgem (Guiné e Moçambique) e o esforço exigido aos militares começa a ser humanamente incomportável; à medida que se torna cada vez mais patente a impossibilidade, por parte das Forças Armadas, de atingir os objectivos que lhe são impostos por um poder, que não aceita sequer a evidência de **não possuir os meios da sua política**, aparece cada vez mais claramente em destaque o desenvolvimento de um processo que tinha tido o seu primeiro episódio visível com a queda da Índia. Incapaz de se auto-reformar, sob pena de morrer (politicamente, entenda-se), o regime aponta intransigentemente para a via unitária, como solução do problema ultramarino; como se torna dia a dia mais evidente a inxequibilidade de tal via, as Forças Armadas aparecem cada vez mais aos olhos da Nação como o grande responsável, não só do impasse Africano, como da crise geral que atinge o País e que não é só crise política, como também crise económica, social e moral.*

Alarga-se assim o fosso entre as Forças Armadas e a Nação, aumenta o desprestígio dos militares (os recentes acontecimentos da Beira, em Moçambique, vêm uma vez mais confirmar esta realidade por todos nós sentida), desprestígio esse que nenhuma medida conjunturais poderão atenuar.[...]

O problema maior do povo português e que em larga medida condiciona todos os outros é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné. A questão é gravíssima e está na base duma crise geral do regime, já incontrolável pelo poder. Se está generalizada, tanto no seio das Forças Armadas como na sociedade civil, a ideia de que não pode obter-se uma vitória pelas armas, tudo é feito para que na opinião pública nacional se enraíze a noção de que o poder político traçou já a estratégia adequada e

¹ MOFA – Movimento de Oficiais das Forças Armadas, designação que antecedeu a de Movimento das Forças Armadas (MFA).

que as Forças Armadas não terão mais que segui-la, para que a integridade dos territórios seja garantida. Consequentemente, se a situação se agrava ainda mais, facilmente se adivinha sobre quem recairão as responsabilidades, ao mesmo tempo que o poder terá criado as condições propícias a um inocente «lavar de mãos».

Os militares conscientes sabem, porém, que **a solução do problema ultramarino é política e não militar** e entendem ser seu dever denunciar os erros de que são vítimas e transformarão as Forças Armadas, uma vez mais, em «bode expiatório» de uma estratégia impossível: uma solução política que salogue a honra e dignidade nacionais, bem como os interesses legítimos de portugueses instalados em África, mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível, da **profunda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios** — o que implica necessariamente fórmulas políticas, jurídicas e diplomáticas extremamente flexíveis e dinâmicas. Esta solução tem de ser encarada com realismo e coragem, pois pensamos que ela corresponde não só aos verdadeiros interesses do Povo português como ao seu autêntico destino histórico e aos seus mais altos ideais de justiça e de paz.[...]

...entendemos necessário, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das Forças Armadas e da crise geral do País, que o poder político detenha o máximo de legitimidade; que as suas instituições sejam efectivamente representativas das aspirações e interesses do Povo. Por outras palavras: **sem democratização do País** não é possível pensar em qualquer outra solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós.²

Comparando o teor deste documento com o conteúdo de *Portugal e o Futuro*, encontraremos, seguramente, muitos pontos comuns — tanto no que concerne aos princípios fundamentais de uma solução para o Ultramar, como no tocante à reforma do sistema político (Ver Quadro na página seguinte). Concedendo que a extensão dos dois textos não era comparável, a verdade é que o documento do Movimento em nada entrava em conflito com o texto de Spínola. Aliás, vários oficiais de perfil conservador — Sanches Osório, Manuel Monge e Jaime Neves, por exemplo —, mas devidamente conhecedores da mensagem contida em *Portugal e o Futuro*, não tiveram qualquer constrangimento em fazer parte do conjunto de 110 oficiais (dos 194 presentes no plenário) que assinaram o manifesto do MOFA. Significativamente, no preâmbulo vinculativo, antecedendo as assinaturas, dizia-se:

Os oficiais do Exército abaixo assinados declaram o seu total apoio ao documento em anexo, que consideram definir a sua linha de pensamento e resumir as suas mais profundas aspirações.

Mais declaram que delegam confiança e representatividade, para prosseguir no estudo e na execução das actividades que considere necessárias, com vista à efectiva consumação dessas aspirações, na Comissão Coordenadora eleita em sessão plenária no dia 1 de Dezembro de 1973, reconduzida em sessão plenária no dia 5 de Março de 1974 e constituída por elementos das forças Pára-quedistas, das armas de Infantaria, de Artilharia, de Cavalaria, de Engenharia, de Transmissões e dos Serviços de Administração e de Material.

O general António de Spínola, confiando em relatos que lhe fizeram alguns anos depois, aludiria ao plenário de Cascais nos seguintes termos:

Nessa reunião — segundo recentemente me relataram oficiais de reconhecida idoneidade que a ela assistiram — foi apresentado pelo Major Melo Antunes o primeiro projecto de programa político do Movimento. O seu pendor extremista originou os mais vivos protestos da esmagadora maioria dos oficiais presentes...³

² Documento do arquivo pessoal do autor. Sublinhados nossos.

³ ANTÓNIO DE SPÍNOLA, *País sem rumo*, p. 95. Este livro foi publicado em 1978.

	<i>PORTUGAL E O FUTURO</i> António de Spínola	<i>O «MOVIMENTO», AS FORÇAS ARMADAS E A NAÇÃO</i>
GUERRA	...o futuro de Portugal depende de uma adequada resolução das situações decorrentes da guerra que enfrentamos, consumindo vidas, recursos e capacidades, e retirando cada vez maior potencialidade ao ritmo a que teremos de processar o nosso desenvolvimento para cobrir a distância que nos separa dos países a cujo lado deveríamos estar. [p. 12]	O problema maior do povo português e que em larga medida condiciona todos os outros é, neste momento, o da guerra em três territórios africanos: Angola, Moçambique e Guiné. A questão é gravíssima e está na base duma crise geral do regime.
ULTRAMAR	Qualquer política ultramarina que não se norteie pelo franco e declarado respeito pelo direito dos povos a disporem de si mesmos e pelo reconhecimento da capacidade das populações ultramarinas para assumirem o papel que lhes cabe na condução dos seus destinos resulta condenada a maior ou menor prazo...[...] impõe-se desde já o reconhecimento de princípios fundamentais [...] e o primeiro deles é o da franca aceitação do direito dos povos à autodeterminação...[p. 146].	Os militares conscientes sabem, porém, que a solução do problema ultramarino é política e não militar e entendem ser seu dever denunciar os erros de que são vítimas e transformarão as Forças Armadas, uma vez mais, em «bode expiatório» de uma estratégia impossível: uma solução política que salve a honra e dignidade nacionais, bem como os interesses legítimos de portugueses instalados em África, mas que tenha em conta a realidade incontroversa e irreversível, da profunda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios...
REGIME	Para a solução do problema deparam-se-nos três vias: ou se envereda pelo caminho das concessões crescentes em cadeia, caminho que conduz a um ponto de rotura no limite das possibilidades de concessão; ou se entra no campo da repressão totalitária, o que acelera a violência; ou se acerta o caminho da liberalização que também tem o seu reverso, mas que apesar de tudo cremos ser a solução, desde que se desenvolva progressivamente, na disciplina e sob o signo de uma firme autoridade então fortalecida pela via da legitimidade. [p. 39]	...entendemos necessário, como condição primeira de solução do problema africano, da crise das Forças Armadas e da crise geral do País, que o poder político detenha o máximo de legitimidade; que as suas instituições sejam efectivamente representativas das aspirações e interesses do Povo. Por outras palavras: sem democratização do País não é possível pensar em qualquer outra solução válida para os gravíssimos problemas que se abatem sobre nós.

O que é curioso é que, exceptuando a passagem em que o general refere os «protestos da esmagadora maioria dos oficiais presentes» – o que as 110 assinaturas em 194 presenças desde logo desmentem –, podemos testemunhar, por termos participado na referida reunião, que houve, efectivamente, discussão acalorada, dúvidas insanáveis e temores vários, como era natural que sucedesse em assunto de tamanha gravidade. Acreditamos, até, que os oficiais que informaram Spínola tivessem, com sinceridade, classificado de «pendor extremista» o programa político apresentado por Melo Antunes. Mas esses, se tivessem lido o *Portugal e o Futuro* desconhecendo o nome do seu autor, seguramente que não deixariam, igualmente, de verberar o seu pendor *extremista* e *subversivo*. Tratava-se, evidentemente, de um fenómeno de confiança pessoal e não de adesão ideológica, pelo que a frase «da profunda aspiração dos povos africanos a se governarem por si próprios...», lida por Melo Antunes, era subversiva e insidiosa, enquanto

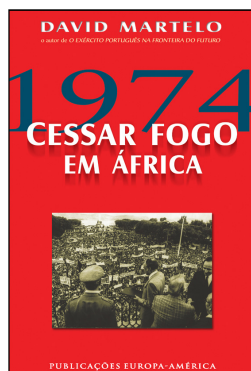
a que proclamava a imprescindibilidade «da franca aceitação do direito dos povos à autodeterminação...», da autoria de Spínola, era o reflexo do mais estrénuo patriotismo.

Aliás – salvo no tocante à questão ultramarina –, foram raros os militares ditos *spinolistas*, que conhecemos, cujo discurso e pensamento políticos se identificavam com o sentido global de *Portugal e o Futuro*, designadamente no que respeita à contundente análise crítica da anacrónica política seguida pelo regime. Na verdade, para ler o texto de Spínola e não o achar subversivo era condição essencial ter despertado decididamente para os valores da democracia. E isso, de facto, no seio das Forças Armadas de então, era ainda, para muitos, um caminho pleno de perplexidades e obstáculos. E, entre estes, o maior de todos parecia ser, efectivamente, o *reconhecimento do direito dos povos a se governarem por si próprios*. De resto, a não-clarificação imediata desta questão – que, mais do que uma simples opção, se revestia da importância dos princípios fundamentais – causou danos irreparáveis em todo o processo de descolonização.

Voltando à reunião de 5 de Março, em Cascais, importa sublinhar que, sendo a esmagadora maioria dos oficiais presentes oriundos do ramo Exército, estavam também representadas a Força Aérea (pilotos e pára-quedistas) e a Armada. É curioso recordar que, enquanto para os delegados da Armada o documento ficava aquém (*à direita*) das posições dominantes no seu ramo, para os da Força Aérea o texto era demasiado *político* (entenda-se *de esquerda*), pelo que, afirmavam os seus representantes, não seria bem visto no seio daquela instituição.

Terminada a reunião, muitos participantes haviam ficado com a sensação de que se não conseguira um consenso, tão alargado quanto o desejável, em torno de um programa político que servisse de base a uma revolta militar contra o regime. O certo é que foi com o produto da discussão então havida e com o suporte político do documento apresentado por Melo Antunes que a esmagadora maioria dos oficiais revoltosos *arrancou* na madrugada de 25 de Abril. Os passos relacionados com a elaboração do programa político final – de extrema importância para a definição das tarefas a executar após a vitória da revolta militar – iriam, por conseguinte, desenrolar-se num círculo restrito de participantes e sob a pressão de acontecimentos tão dramáticos como foram as primeiras medidas administrativas contra oficiais do Movimento (8 de Março), as demissões dos generais Costa Gomes e António de Spínola (15 de Março) e o falhado levantamento das Caldas da Rainha (16 de Março). Assim, no tocante ao problema principal – a guerra em África –, a convergência de tendências fazia-se numa conveniente ambiguidade (como sucedera, de resto, em 28 de Maio de 1926), traduzida na aceitação generalizada de que o objectivo principal era encontrar um modo digno de pôr fim à guerra e que, para tal, era necessário derrubar o regime político criado por Salazar. É nossa convicção que, se tivesse sido necessário aprovar previamente um programa político, no qual se pormenorizassem as medidas concretas para a obtenção de um cessar-fogo em África, a revolução jamais teria saído dos quartéis.

David Martelo – 2001



Leitura complementar